

COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO: O CASO DA GUINÉ-BISSAU COM A CHINA NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS¹

Jeilson Djassi²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a Cooperação Sul-Sul (CSS) para o Desenvolvimento, com ênfase na relação de cooperação entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China, levando em consideração a atuação chinesa na área de construção das infraestruturas na Guiné-Bissau. Em outro sentido, a ideia é compreender o motivo dessa relação; tentar, de certa forma, entender os impactos, ou seja, os possíveis benefícios dessa relação entre os dois Estados. Os acordos assinados entre a China e a Guiné-Bissau têm sido algo das nossas inquietações, pois, compreendemos que atualmente, o poder econômico tem sido um dos instrumentos mais fortes na manipulação dos acordos internacionais e, sendo a China uma potência econômica mundial, isso nos leva a questionar se essa relação sino-guineense tem sido feita sem que haja a interferência econômica, também se ela tem observado os objetivos que nortearam o surgimento da Cooperação Sul-Sul. Portanto, se faz necessário uma leitura crítica sobre a Cooperação Sul-Sul sino-guineense, visando compreender os dilemas e os *modus operandi* desses dois países do bloco Sul.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul, Guiné-Bissau, China, Política externa guineense.

Abstract: This paper aims to analyze South-South Cooperation (SSC) for development, with emphasis on the cooperation relationship between the Republic of Guinea-Bissau and the Popular Republic of China, taking into account Chinese actions in the area of infrastructure construction in Guinea-Bissau. In another sense, the idea is to understand the reason for this relationship; to try, in a way, to understand the impacts, that is, the possible benefits of this relationship between the two states. The agreements signed between China and Guinea-Bissau have been one of our concerns, because we understand that nowadays, economic power has been one of the strongest instruments in the manipulation of international agreements and, since China is a world economic power, this leads us to question whether this Sino-Guinean relationship has been made without economic interference, and also whether it has observed the objectives that guided the emergence of South-South Cooperation. Therefore, a critical reading of Sino-Guinean South-South Cooperation is necessary in order to understand the dilemmas and the *modus operandi* of these two countries of the Southern bloc.

Keywords: South-South Cooperation, Guinea-Bissau, China, Guinean Foreign Policy.

¹ Trabalho de conclusão do curso apresentado em formato do artigo do curso de licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Sociologia.

² Licenciado em Sociologia e bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: nayoncancamara@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo centralizou a sua discussão nas questões ligadas aos acordos de Cooperação Sul-Sul principalmente nos acordos assinados entre a República da Guiné-Bissau com a República Popular da China na área de construção das infraestruturas (1980 a 2012). Por outro lado, debateremos sobre a política externa guineense no contexto da Cooperação Sul-Sul buscando compreender a importância da sua relação com os seus parceiros.

De acordo com Sant'Anna (2008), na luta contra o subdesenvolvimento, entende-se que a Guiné-Bissau é muito dependente das ajudas externas para quase todos os investimentos públicos. De acordo com esta citação compreendemos que essa dependência externa levou o país a rubricar vários acordos (em diferentes áreas, como é o caso dos acordos de pesca, da construção das infraestruturas etc.) com os seus parceiros internacionais no sentido de poder colmatar a sua demanda interna. Apesar de suas enormes limitações internas de cunho político, econômico, social e a sua recente emancipação política a nível internacional, a República da Guiné-Bissau vem procurando formas de promover e potencializar o desenvolvimento nacional através da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SILVA, 2011).

Para Cambanco (2019), o interesse da China no continente africano em vários setores ampliou-se nos últimos anos. Ainda, segundo esse autor, a Guiné-Bissau está inserida na agenda da China que está atuando fortemente para conquistar cada vez mais a sua confiança (CAMBANCO, 2019). É importante assinalar também neste debate que no contexto africano da Cooperação Sul-Sul, a Guiné-Bissau vem cooperando em projetos e recursos oriundos de Angola, particularmente através da concessão de empréstimo para execução de uma linha de crédito no valor de US\$ 25 milhões de dólares dirigida às atividades produtivas no país (SILVA, 2011). O pesquisador acrescenta ainda que em novembro de 2010, houve perdão de dívida deste país (Angola) à Guiné-Bissau num valor calculado de US\$ 38,8 milhões de dólares e mais um aumento de US\$ 12 milhões de dólares para o reforço orçamental (SILVA, 2011). Enquanto isso, a reflexão de Sant'Anna (2008), todavia, leva-nos a compreender que as demandas de reconstrução na Guiné-Bissau são enormes, devido aos danos causados (da guerra de 7 de junho de 1998) pela destruição de uma grande parte das infraestruturas do país. A autora afirma ainda que em 1998, a guerra civil fez cair o Produto Interno Bruto (PIB) do país em 28% e observou-se uma recuperação em grande parte no ano seguinte, ou seja, em 1999 (SANT'ANNA, 2008). A guerra civil, de certa forma, trouxe consequências negativas

para o país, uma vez que vários projetos na altura foram perdidos e algumas fábricas foram destruídas, em termo geral é uma guerra que levou o país a dar passos de retrocessos no seu processo de desenvolvimento.

Com relação à estrutura institucional na República da Guiné-Bissau para gerir a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), cumpre anotar que a Direção Geral da cooperação internacional se integra aos serviços operativos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades enquanto departamento responsável pela concepção, execução e seguimento dos projetos de cooperação com base nos acordos firmados entre o Governo da República da Guiné-Bissau e países parceiros e organizações internacionais (SILVA, 2011, p. 107).

Nesta citação, o autor mostra a forma como é gerida a Cooperação Internacional na Guiné-Bissau, apontando a Direção Geral da cooperação internacional como uma parte integrante aos serviços operacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades como um setor responsável para execução e seguimentos dos projetos dos acordos assinados entre a Guiné-Bissau e os seus parceiros internacionais de cooperação para o desenvolvimento.

Em termos metodológicos, este artigo se assenta numa pesquisa bibliográfica e documental, o que exigiu, no desenvolvimento da pesquisa, a consulta de materiais que têm algo ligado ao nosso objeto de estudo, entre os quais: livros, monografias, teses, ensaios, acordos e etc.

Vale apontar que o presente artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, tratou-se do marco histórico da Cooperação Sul-Sul, trazendo alguns elementos que ajudarão na interpretação e compreensão do desenrolar histórico dessa Cooperação. Na segunda seção, falou-se da política externa guineense no contexto da Cooperação Sul-Sul, buscando entender não só a atuação da Guiné-Bissau a nível de suas parcerias, mas também tentar entender o *modus operandi* dos dirigentes guineenses nas negociações dos acordos internacionais. E, na sua subseção, empreendeu-se uma abordagem histórica da relação sino-guineense. Na terceira e última seção, falou-se da construção das infraestruturas na Guiné-Bissau pelo governo chinês, buscando entender o porquê de o governo chinês estar investindo fortemente na área da infraestrutura.

2 MARCO HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Antes de adentrar no assunto proposto, entendemos que é de suma importância fazer uma breve leitura histórica da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), pois,

compreendemos que ao falar da Cooperação Sul-Sul, precisamos *a priori* ter um entendimento prévio sobre o desenrolar histórico da CID que vai se desembocar na Cooperação Norte-Sul (CNS) e posteriormente no surgimento da Cooperação Sul-Sul.

De acordo com Silva (2016, p. 5), “a cooperação internacional simboliza um esforço mútuo, envolvendo dois ou mais países, para reforçar as capacidades operacionais dos mesmos em diferentes áreas”. Em outras palavras, a cooperação internacional tem como objetivo, criar os mecanismos de afirmação dos acordos ou interesses dos países que almejam atingir certa finalidade em diferentes áreas dos seus interesses para o desenvolvimento.

Na compreensão de Silva (2011), conceitualmente, pode-se igualmente compreender a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento como uma ferramenta de captação dos recursos financeiros e não financeiros no exterior e que vem sendo instrumento de um procedimento dinâmico em função das políticas e dos valores prevalecente nas relações Norte-Sul e das vicissitudes históricas que influenciaram decisivamente na sua interpretação.

Ora, as narrativas históricas advertem que a CID se institucionalizou após Segunda Guerra Mundial através do chamado **Plano Marshall**, criado pelos Estados Unidos da América (EUA) por meio de assistência técnica e financeira. O plano tinha como objetivo, a reconstrução e a aceleração da economia europeia (que na altura estava afetada de forma negativa, devido à Segunda Guerra Mundial) e também travar ou evitar o avanço do Socialismo, projeto político e ideológico da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – 1922 e 1991. Passado o tempo, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento se alastrou para o resto do mundo, principalmente para os países em desenvolvimento. Desta vez, são os países europeus, (com a pressão dos EUA) que começaram através da Cooperação Norte-Sul “ajudar” os países do Sul no período pós-independências.

Para Puente (2010), a cooperação para o desenvolvimento surgiu em meados do século XX, precisamente no final da década de 1940 e o começo da década seguinte. Ele afirma ainda que a cooperação para o desenvolvimento é um conceito relativamente novo em termos da história das relações internacionais. A sua origem remonta ao final da Segunda Guerra Mundial, ao Plano Marshall, à criação das Nações Unidas e das instituições de *Bretton Woods*, e à descolonização (PUENTE, 2010).

De acordo com, Silva (2011), o surgimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, enquanto uma proposta conceitual, nas relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial, não foi por um mero acaso, pois é o resultado de um quadro

geopolítico dividido em dois polos antagônicos e conduzido pelas duas superpotências que surgiram da Segunda Guerra Mundial; os Estados Unidos da América e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A CID corresponde, nos dias atuais, a uma máquina complexa cujas funcionalidades e procedimentos foram criados e se aperfeiçoaram no período após a Segunda Guerra Mundial. As razões iniciais de sua institucionalização não podem ser dissociadas da Guerra Fria; as rivalidades Leste-Oeste, a partir de 1945, foram um fator determinante para que, no campo liberal ocidental, fossem tomadas decisões no sentido de promover a cooperação entre as nações do “mundo livre” (MILANI, 2014, p. 33).

A CID foi institucionalizada no período pós-Segunda Guerra Mundial e serviu como parte da estratégia ocidental (principalmente dos EUA). Todavia, “vinte anos depois de iniciado o Plano Marshall, os Estados Unidos não seriam mais os únicos a ocupar algum espaço político, com motivações das mais variadas, no seio da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento” (HJERTHOLM; WHITE, 1998 *apud* MILANI, 2014, p. 35). Nessa lógica, do ponto de vista das agendas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, os primeiros anos do seu processo de institucionalização foram demarcados pela ênfase na ajuda alimentar, no planejamento e na construção ou reconstrução das infraestruturas e na disseminação dos princípios de desenvolvimento agrícola (MILANI, 2014).

Adentrando agora naquilo que é o propósito desta seção, neste caso, falar do marco histórico da Cooperação Sul-Sul, “de forma geral, a Cooperação Sul-Sul (CSS), pode ser entendida como uma cooperação horizontal realizada entre os países do Sul (em desenvolvimento), no qual buscam benefícios mútuos” (ZARPELON, 2016, p. 59).

Na visão de Pino (2014, p. 57), “o termo “Sul global” é designação simbólica para denominar uma ampla gama de nações em desenvolvimento, diversificadas em suas histórias, origens e tradições, com múltiplos enfoques no que se refere ao poder, à cultura ou à identidade”. Noutro sentido, o Sul global é a denominação criada pelo ocidente para marcar a diferença entre ele (o ocidente) e bloco dos países em desenvolvimento, países esses que são de diferentes continentes, (África, América Latina e Caribe Ásia e Oceania). Para Santos e Cerqueira (2015), o ementário da cooperação entre os Estados que estão em vias de desenvolvimento está inserido nas demandas de políticas de igualdade econômica, social e avanço e tem como marco inicial o período depois da Segunda Guerra Mundial. Assim,

a Cooperação Sul-Sul surge como uma iniciativa para complementar a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e para contestar a redução da oferta de cooperação por parte dos doadores habituais que, pelas pressões mundiais, mudanças econômicas e

fenômenos políticos, alteraram de forma imperativa suas prioridades de assistência tanto com relação às regiões geográficas como em relação aos temas a abordar (FIOCRUZ, 2008, *apud* SANTOS E CERQUEIRA, 2015, p. 2).

Sendo uma cooperação que pauta pela questão da horizontalidade entre os países que compõem o bloco Sul, é notório de que a Cooperação Sul-Sul tem como finalidade, ajudar os países em desenvolvimento no avanço de suas políticas públicas nas diferentes áreas que se enquadram nos moldes do desenvolvimento nacional desses países. Esperava-se a existência de ganhos mútuos e simétricos entre os seus atores e que a linha de atuação seja ecologicamente sustentável e respeitadora do compromisso social para com as comunidades influenciadas pelas suas ações.

Em termos teóricos, o objetivo central da Cooperação Sul-Sul consiste em criar condições para o progresso e desenvolvimento multidimensional de todos os Estados membros, a partir da aniquilação dos condicionalismos verificados na cooperação Norte-Sul e reduzir, em grande escala, o tamanho de juros cobrados aos países que contraíram as dívidas, usando o modelo de “empréstimo solidário”.

Para Lopes (2010), segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa dos juros sobre o investimento estrangeiro direto (IED) é mais elevada no continente africano do que em outro continente em desenvolvimento. Todavia, o surgimento do novo banco de desenvolvimento, criado pelos BRICS³ em algum momento pode ser enquadrado como uma alternativa às instituições financeiras internacionais herdadas do sistema *Bretton Woods* [...] (HERMANN, 1990 *apud* AQUINO e DALDEGAN, 2014). “Atualmente, os países dos BRICS representam 43,03% da população mundial, 18% do Produto Interno Bruto (PIB) nominal mundial (25% do PIB *per capita*), 25,91% da área terrestre do planeta e 46% do crescimento econômico global de 2000 a 2008” (MESA-REDONDA, 2012, p. 34).

A Cooperação Sul-Sul, conceito bastante complexo segundo a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), é essencialmente um processo pelo qual dois ou mais países trabalham em conjunto para alcançar o desenvolvimento de capacidades por meio de intercâmbios de conhecimentos, habilidades, recursos e tecnologias (UNDP, 2004 *apud* SANTOS E CERQUEIRA, 2015, p. 29).

Para M'bunde (2018), o marco da história contemporânea do começo das relações entre os países do Sul foi a conferência de Bandung de 1955 e a esse encontro se verificou muitas outras iniciativas do gênero. Ainda,

³ Grupo dos países de economias emergentes, neste caso, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

as primeiras iniciativas da Cooperação Sul-Sul (CSS), datam da Conferência de Bandung (na Indonésia), realizada em 1955, que reuniu 29 países africanos e asiáticos, representando cerca de dois terços da população mundial. Os países defendiam agenda própria, diversa da imposta pela ordem bipolar do sistema Guerra-Fria. Foi a primeira vez que, em um grande encontro não houve a participação dos Estados europeus, dos EUA e da URSS. Um dos resultados desta conferência foi à alteração da expressão “assistência ou ajuda” para o termo “cooperação” nos discursos oficiais da ONU, a partir de 1959, pela Resolução 1383 (XIV), pois a cooperação significava de fato um processo de negociação objetivando benefícios mútuos, já ajuda como apenas um donativo, um empréstimo realizado pelos países ricos (SOARES, 1995 *apud* FINGERMANN, 2014, *apud* ZARPELON, 2016, p. 61).

De acordo com Fingermann (2014), a expressão “ajuda internacional” surgiu como uma ferramenta da política externa a partir da criação das instituições de Bretton Woods, como é o caso do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) no período após a Segunda Guerra Mundial. Com relação a esta questão de “ajuda internacional”, Petras (2007), afirma que ela é um conceito enganoso por diferentes razões: por se tratar especialmente de empréstimos que devem ser pagos com juros e porque as condições desses empréstimos permitem tirar do país a renda excedente.

De acordo com Pino (2014, p. 61),

Bandung pode ser considerada o guia que ainda orienta a CSS quanto a seus princípios ideais. Influenciou as mentalidades das elites dos países em desenvolvimento, no sentido de superar suas diferenças e avançar na cooperação política entre sociedades com características similares que se localizavam na periferia do sistema internacional. Sua importância política pode resumir-se à associação de um grupo de países jovens que buscavam caminhos alternativos para sua inserção independente e autônoma no mundo da Guerra Fria, a partir da identificação de interesses mútuos e do rechaço ao colonialismo e a suas manifestações econômicas, políticas e intelectuais.

A conferência de Bandung é o fio condutor do que hoje denominamos de Cooperação Sul-Sul, uma cooperação feita essencialmente entre os países do Sul global. De acordo com Leite (2011), Bandung reveste-se de uma grande importância política. Ademais, ela afirma que Bandung assinala o associativismo de um grupo jovem de países em prol da inserção internacional independente e autônoma, baseando na identificação de interesses comuns em que pensem diferenças em termo políticos, econômicos, sociais e culturais [...] (LEITE, 2001).

Por seu lado, Lopes (2010), afirma que a Cooperação Sul-Sul se cristalizou no início da descolonização e contra o histórico da Guerra Fria. Diferentes marcos institucionais foram

definidos, tais como o Movimento dos Não Alinhados ou o Grupo dos 77⁴ (G77). Ademais, o mesmo autor afirma que, “esses grupos tinham como objetivo aumentar o poder de barganha e defender os interesses dos países em desenvolvimento por meio de uma maior mobilização política” (MORAIS DE SÁ, SILVA, 2010, *apud* LOPES, 2010, p. 46).

A construção de uma identidade de terceiro mundo criou as condições para a construção de uma união entre os países do Sul Global forjada em um bloco oposto em seus aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos que vai se organizar em torno das agendas políticas para a reforma da ordem econômica internacional vigente a essa época e estabelecer compromissos, e realizar ações de cooperação para consolidação de interesses comuns (SANTOS, 2017).

Todavia, vale a pena apontar que,

[...] o marco histórico que edificou a concepção da CSS enquanto um modelo de cooperação técnica entre países em desenvolvimento foi evento realizado em Buenos Aires (Argentina) em 1978 – a famosa Conferência de Plano de Ação sobre a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento. Toda essa investida dos Estados do Sul a favor da industrialização do modelo da CSS era essencialmente motivada pelo desejo de emancipação das imposições e condicionalidades atreladas aos padrões da CNS. Observa-se que, no contexto da Guerra Fria, a CNS foi condicionada aos interesses estratégicos das superpotências e dos seus aliados, condição que era denunciada e criticada pelos países do Sul (PUENTE, 2010 *apud* M'BUNDE, 2018, p. 55-56).

De acordo com Lopes (2005, p. 62), “tradicionalmente, a CT⁵ começou por se concentrar na transferência de conhecimentos através de: (a) bolsas de estudo e (b) pagamentos para consultores, conselheiros e funcionários afins, bem como professores e administradores”.

Instituída formalmente pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução n.º. 200, de 1948, a cooperação técnica recebeu, inicialmente, a denominação “Assistência Técnica” (AT). Esse termo foi posteriormente substituído, em especial nos fóruns internacionais, nos anos 70, para “cooperação técnica”, em virtude da denotação implícita de desigualdade entre os parceiros que a palavra “assistência” trazia, sugerindo uma concessão ou atitude caritativa de parte do doador e uma atitude passiva e dependente por parte do beneficiário (CONDE, 1990, p. 25 *apud* PUENTE, 2010, p. 65).

Certamente que, “não é possível compreender a lógica da CSS sem fazer referência ao processo de surgimento da consciência do Sul e de sua manifestação nas relações

⁴ Refere-se ao grupo ou uma aliança dos países em desenvolvimento cujo objetivo é de promover os interesses mútuos e, certamente, criar mecanismos de cooperação entre eles dentro da Organização das Nações Unidas (ONU).

⁵ Cooperação Técnica.

internacionais da segunda metade do século XX” (PINO, 2014, p. 60). De acordo com essa assertiva, para compreender aquilo que é a essência da cooperação Sul-Sul, é preciso ter a noção daquilo que é a dinâmica da consciência Sul na arena internacional. Todavia, desencadear o debate sobre a Cooperação Sul-Sul é imprescindível trazer a luz da discussão os dez princípios que caracterizam essa cooperação:

Quadro 1: Os princípios que caracterizam a noção da Cooperação Sul-Sul

1. Respeito aos direitos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
2. Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações.
3. Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e entre todas as nações, grandes e pequenas.
4. Não intervenção ou interferência em assuntos internos de outros países.
5. Respeito aos direitos de cada nação à sua própria defesa, seja individual ou coletiva, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
6. Abstenção de uso de pactos de defesa coletiva para beneficiar interesses específicos de quaisquer grandes potências e abstenção do exercício de pressões sobre os demais países.
7. Rechaço a ameaças e agressões, ou ao uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer país.
8. Emprego de soluções pacíficas em todos os conflitos internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
9. Promoção dos interesses mútuos e da cooperação.
10. Respeito à justiça e as obrigações internacionais.

Fonte: Pino (2014, p. 61)

É importante enaltecer de que todos os países que compõem o bloco Sul são obrigados a respeitarem esses princípios, pois são normas que orientam esses países nas suas relações de cooperação para o desenvolvimento.

3 POLÍTICA EXTERNA GUINEENSE NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Tendo em conta a necessidade de entender o *modus operandi* da Guiné-Bissau na sua relação com os seus parceiros de cooperação para o desenvolvimento, esta seção tratar-se-ia da atuação política da Guiné-Bissau nas suas relações com os seus parceiros internacionais, de modo específico, os do bloco Sul.

Para M'bunde (2018, p. 44), “a política externa é, portanto, uma abordagem sobre as relações internacionais dos governos ou Estados; nesse caso, dos atos das autoridades políticas governamentais representativos”. Contudo, segundo Carvalho (2016, p. 110), “apesar da sua definição, a política externa tem como pressupostos os legados históricos, os imperativos da geografia/geopolítica e as diretrizes que um Estado acarreta, ou seja, o poder”.

Na perspectiva de Cabral (1989), tratar da política externa guineense induz necessariamente trazer a figura de Amílcar Cabral⁶, arquiteto da vitória da Luta de Libertação Nacional (LLN) do povo da Guiné-Bissau. Dito de outra maneira, quando se fala da política externa guineense, é indispensável trazer à luz do debate a figura de Amílcar Cabral, personalidade central na luta de libertação armada na Guiné-Bissau e da construção do Estado-nação guineense.

Certamente, para M'bunde (2018, p. 113),

a República da Guiné-Bissau é um país cujo orçamento geral, nos últimos anos, tem dependido em cerca de 40% de aportes da cooperação internacional. O Brasil e a China figuram cada vez mais entre as principais economias do mundo e entre os principais doadores internacionais, particularmente da CSS. O Brasil é um ator global emergente, potência da CPLP e parceiro emblemático da Guiné-Bissau a nível histórico-cultural e no plano da CID, sendo o país africano um dos principais destinos da cooperação técnica brasileira. Por seu turno, a China Popular, potência asiática e emergente, é parceira da Guiné-Bissau desde os primórdios da independência do país africano e tem sido um relevante doador do governo de Bissau. Dito isso, compreende-se com maior clareza por que a República da Guiné-Bissau ocupa um lugar importante nas políticas externas brasileira e chinesa.

Tendo em conta as várias ondas das interrupções governativas e o alto nível de corrupção, a Guiné-Bissau tem vivido e vive até a data presente sob a dependência externa, algo que a condicionou sob o domínio dos doadores externos.

Certamente, é de suma importância ressaltar que, “a criação da ANP⁷, a Proclamação da República, a sua adesão à ONU e ao Movimento dos Países Não-Alinhados constituem momentos altos da história da Guiné-Bissau e os primeiros passos do Estado soberano no seio da Comunidade Internacional” (CABRAL, 1989, p. 69). Esse trecho mostra de forma evidente aquilo que foi o processo da inserção da Guiné-Bissau no âmbito das relações internacionais. Ora, com o estabelecimento do neoliberalismo na Grã-Bretanha (1979) e nos Estados Unidos da América (1981), passa a ser incentivada a implementação de Programas de Ajuste

⁶ “A ONU foi, a este respeito, o palco internacional por excelência onde se manifestou, em grande medida, a originalidade e a riqueza teórica da estratégia concebida e genialmente aplicada por Amílcar Cabral no plano externo como complemento indispensável da luta desenvolvida no plano interno” (CABRAL, 1989, p. 64).

⁷ Assembleia Nacional Popular.

Estrutural nos países em desenvolvimento nos moldes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (ZARPELON, 2016).

Ademais, “esses programas caracterizavam por políticas macroeconômicas de liberalização do mercado, redução da máquina governamental, redução de investimentos dos governos em áreas sociais, privatização e descentralização” (PEREIRA, 2010 *apud* ZARPELON, 2016, p. 64). Contudo, percebemos que agora os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme influência, por parte dos países desenvolvidos e das políticas internacionais de desenvolvimento geridas pelo *establishment*, no sentido de adotarem um conjunto de “boas políticas” e “boas instituições” fixadas a promover o desenvolvimento econômico (CHANG, 2014). Ademais, o autor afirma que, “[...] essa agenda de “boas” são as políticas prescritas pelo chamado Consenso de Washington em geral” (CHANG, 2014, p. 11).

Contudo, “a adoção do mercado livre pelo Estado guineense não surtiu efeito esperados, além de fracassada “panaceia” neoliberal, o país tinha sérios problemas estruturais internos” (CRUZ, 2007, *apud* M’BUNDE, 2018, p. 99). Em outras palavras, de acordo com essa assertiva, o autor mostra que essas políticas condicionadas pelas Organizações Internacionais na altura acabaram não surtindo efeito em alguns países tendo em conta a realidade endógena desses países.

De acordo com Chang (2014), as políticas e as instituições usadas pelos países hoje desenvolvidos, nos seus estágios iniciais de desenvolvimento, são significativamente diferentes das que normalmente se supõem que eles usaram e mais ainda das diretrizes que eles recomendam, ou melhor, que frequentemente exigem dos atuais países em desenvolvimento. É exatamente esta estratégia que o autor chama de “chutar a escada”, ou seja, estas “boas políticas” e “boas instituições” que os países desenvolvidos estão sugerindo aos países em desenvolvimento, diferem daquelas que eles usaram para os seus progressos. Contudo, o grande objetivo, segundo Chang, é de fazer com que os países pobres continuassem pobres e eles (os ricos) continuassem ricos.

O programa de Ajustamento Estrutural (PAE) enquanto plano do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional para os países, sobretudo do polo Sul, que a Guiné-Bissau foi o palco, sendo a parte dos países caracterizados com certa ausência do setor privado, marcou fortemente o que pode ser percebido hoje como característica da política externa desse país africano. “Alguns aspetos da política externa da Guiné-Bissau são heranças das atividades político-diplomáticas da luta de libertação nacional, que continuam a influenciar a definição da política externa” (CARVALHO, 2015 *apud* KATAR, 2019, p. 37). O mesmo autor afirma

ainda que, a adoção de não-alinhamento implica a independência de pensamento e ação, e foi neste alicerce que a política externa da Guiné-Bissau sempre privilegiou as relações com os países da fronteira, os países da língua oficial portuguesa em África, e países socialistas [...] (CABRAL, 1989, *apud* KATAR, 2019). Vale ressaltar que a partir da aproximação dos países do Sul global, foi criado no ano de 1961 o Movimento dos Países Não Alinhados. Inicialmente, o movimento agregava 23 países afro-asiáticos, um latino-americano, neste caso Cuba, e um europeu (a antiga Iugoslávia). A Bolívia, o Brasil e Equador foram países observadores do movimento (LEITE, 2011 *apud* ZARPELON, 2016).

Na perspectiva de M'bunde (2018), a Guiné-Bissau é um país muito estratégico tendo em conta a sua posição geográfica. Ainda, o mesmo autor vai afirmar que, a situação geográfica do território da Guiné-Bissau no litoral do continente africano faz o país a estar mais perto da Europa e da América, diante disso, ela tornou-se muito importante em termos geopolíticos e geoestratégicos quando se fala essencialmente da segurança regional e internacional.

Os PAE caracterizam-se por um processo de ajustamento das estruturas de produção e do emprego de uma economia nacional, face às alterações das condições económicas ou de comércio internacional. Referem-se a um conjunto de reformas de política económica recomendadas pelo FMI e pelo BM como condições para o acesso a empréstimos e destinado a fomentar mudanças estruturais em desenvolvimento, afetados com problemas com a dívida externa (CRUZ, 2007, p. 27).

O programa destinava-se à questão das reformas estruturais e políticas económicas para os países, precisamente os do Sul global. Era um programa feito através das recomendações dos doadores internacionais (Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional). Através desse programa, os países tinham a possibilidade de contrair dívidas; de salientar que essas dívidas tinham também os acréscimos dos juros. Contudo, “nesse cenário, os membros da CAD⁸/OCDE⁹ passaram a condicionar os seus programas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional para que os seus beneficiários possam realizar esses ajustes estruturais; caso contrário, correriam riscos de serem penalizados a não receber ajuda internacional (DOLLAR; SVENSSON *apud* ZARPELON, 2016).

Impende ressaltar que, “a política externa guineense começou a germinar no primeiro momento nas estruturas internas do partido¹⁰ que deu a independência da Guiné-Bissau e

⁸ Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento.

⁹ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

¹⁰ Refere-se ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Cabo-Verde no período da mobilização política nos planos interno e externo” (CARVALHO, 2016, p. 105). Por outro lado, de acordo com M'bunde (2018, p. 105-106), “a política externa guineense, em termos efetivos, tem sido condicionada estruturalmente (por problemas políticos internos) a mover-se por mobilização de parcerias e iniciativas que apoiem o orçamento do país [...]”. O país tem tido vários parceiros na sua relação externa, isso de certa forma, tem uma grande importância no que tange a questão do seu próprio desenvolvimento. Mas o maior desafio parece estar no modo como os dirigentes guineenses celebram acordos com esses parceiros internacionais. Isso de certa forma nos leva a questionar o seguinte: quais são os *modus operandi* dos dirigentes guineenses com relação a política externa do país? Existe um sistema de controle dos acordos que são assinados entre a Guiné-Bissau e os seus parceiros internacionais?

Os densos processos de liberalização, democratização, integração regional e multilateralismo levados à tona pelos ventos da globalização caracterizam o contexto da inserção internacional da Guiné-Bissau nas instituições multilaterais, tanto no plano global quanto nos fóruns regionais. Com a sua emancipação, a Guiné-Bissau se tornou, entre outros, membro da ONU, da OUA (hoje UA), e estabeleceu relações profundas com as instituições financeiras de Bretton Woods (M'BUNDE, 2018, p. 97).

Na análise de Carvalho (2016, pp. 70-71), “o país não tem grandes recursos e os poucos que consegue ter dos parceiros externos são desviados por seus próprios membros do governo, aliás, corrupção em Guiné-Bissau está num nível que só falta ser institucionalizada [...]”. Ou seja, o autor mostra que a questão da corrupção é bem visível no aparelho do Estado guineense, os fundos que na maioria das vezes são enviados para o país, em alguns casos são desviados pelos seus próprios dirigentes.

Ademais, “a maioria dos quadros jovens com formação universitária também usurpa o Estado e usam cargos públicos em forma de patrimonialismo para inclinar na política, ocupar altos cargos na burocracia estatal e ter alguns privilégios, carros de luxo [...]” (CARVALHO, 2016, p. 71). Essas questões de certa forma interferem na política externa do país, ou seja, os parceiros internacionais perdem a confiança em financiar ou “doar” os seus recursos, por causa dos desvios que muitas vezes são feitos pelas pessoas (des)conhecidas no país.

A Guiné-Bissau tem vivido, desde os anos 1980 (marcado pelo primeiro golpe de estado), e até a data presente, as cíclicas crises políticas institucionais, e as ondas de corrupção no aparelho administrativo estatal, isso, de certa forma, tem gerado consequências negativas para o país tanto a nível interno, assim como no âmbito externo.

3.1 Uma abordagem histórica da relação sino-guineense

Na perspectiva de Sant'Anna (2008), a África, de maneira geral, apresenta-se favorável a estratégias da cooperação com o gigante asiático, que procura fornecedores de recursos naturais, matérias-primas e petróleo, tanto quanto as oportunidades comerciais e novos mercados para suas exportações. Em outras palavras, o continente africano é muito bem-visto no âmbito das estratégias da cooperação da China em diversas áreas que suscitam benefícios, para ambas as partes, ou seja, tanto para a China quanto para os países africanos.

É interessante assinalar que a China também é movida para o continente africano por interesse em recursos energéticos do continente. Cerca de 60% da produção petrolífera do Sudão, um dos maiores produtores do petróleo em África, vai para a China, acobertando 5% das necessidades chinesa do petróleo (CUCO; MARQUES, 2014).

Embora seja uma relação que versa sobre a questão da ajuda mútua entre os países do Sul global, ou seja, ainda que essa relação se baseie na questão da solidariedade entre os países que compõem o bloco sul, entendemos que é de suma importância levantar algumas inquietações. Nesta ótica, questiona-se o seguinte: independentemente de todos os traços que norteiam o surgimento da Cooperação Sul-Sul, será que a interferência econômica não se impera na relação sino-guineense? Quais são os objetivos tanto da China assim como da Guiné-Bissau nessa relação?

Para M'bunde (2018), a cooperação entre a China e a Guiné-Bissau é marcada por movimentos financeiros. Tradicionalmente, a China oferece somas financeiras ao governo da Guiné-Bissau que geralmente são compensadas através da concessão de licenças de exploração dos recursos naturais do país [...]. Por seu lado, Sant'Anna (2008), afirma que as relações da China com os países africanos ganham maior dinamismo num ambiente em que o enorme crescimento econômico da China faz o país ampliar sua procura por recursos naturais, energéticos e oportunidades comerciais, e uma das regiões onde Pequim está com os olhos postos é a África. Por seu lado, M'bunde (2018, p. 113), afirma que “[...] a China popular, potência asiática e emergente, é parceira da Guiné-Bissau desde os primórdios da independência do país africano [...]”. Dito de outra maneira, a relação entre República Popular da China e a Guiné-Bissau remonta o período da luta de libertação nacional.

Enquanto isso, Visentini (2013, p. 78) afirma que,

a presença chinesa em África, da mesma forma que a política e o modelo de desenvolvimento da China, apresenta-se de forma enigmática. Não existe política

sem interesses, e a China os têm em relação ao continente africano. Muitos deles ainda são os mesmos da fase militante da China Popular, mas não dizem respeito apenas à África, mas, igualmente, à alteração do sistema de relações internacionais dominado pelo ocidente. E o Terceiro Mundo sempre foi a peça-chave na estratégia chinesa de alteração da ordem mundial.

No período das descolonizações, a política externa chinesa tinha como objetivo alargar a influência política da China para o continente africano, e desenvolver relações oficiais com os países que acabaram de tomar as suas independências e formar uma frente única com os países e os povos da África, com o intuito de fazer frente ao imperialismo e à hegemonia do Norte Global (SANT'ANNA, 2008). Vale a pena ressaltar que até a data presente esse objetivo do gigante asiático está prevalecido. Podemos compreender ainda nessa citação de que independentemente de todos outros interesses (tanto explícitos ou implícitos), uma das maiores pautas da China na sua inserção no campo das relações internacionais com os seus parceiros do Sul, é a de alterar o sistema das relações de cooperações que estavam sob domínio do ocidente, ou seja, a ideia é de buscar equilibrar o sistema internacional de cooperação entre os países do bloco Sul (na qual a própria China pertence) para com os do bloco Norte.

De acordo com M'bunde (2018, p. 134), “[...] a China e a liderança política do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde tiveram as primeiras aproximações nos anos 1960”. Por sua vez, Sant’Anna (2008, p. 43), explica que “a Guiné-Bissau foi o primeiro país do mundo a assinar com a China acordos de cooperação no setor da pesca de águas¹¹ profundas”, algo que evidencia o nível histórico do processo de aproximação entre a China e a Guiné-Bissau no que tange a questão dos acordos de cooperação.

Para M'bunde (2018, p. 142), “a cooperação para o desenvolvimento sino-guineense ao longo da década de 2000 foi diversificada e alargada a diversos sectores. Apesar dessa diversificação, sectores como infraestrutura, agricultura, saúde pública e pesca têm se destacado mais”.

Todavia, além da cooperação em agricultura, saúde e infraestruturas públicas, o estreitamento de laços incorpora o fornecimento de bolsas de estudos para a formação de quadros guineenses em escolas e instituições chinesas” (SANT'ANNA, 2008, p. 44). Ou seja, a autora vem dando ênfase da cooperação sino-guineense na área da educação, na qual a China concede várias bolsas de estudos para os estudantes guineenses. Contudo, vale ressaltar que, “o crescimento econômico chinês levou esse país a ser um dos maiores consumidores de

¹¹“Nesse setor, a parceria desenvolve-se essencialmente no domínio de negociação e financiamento de concessões de pesca para a exploração marítima da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do país africano, por períodos previamente determinados nos contratados” (M'BUNDE, 2018, p. 148).

hidrocarbonato e dos recursos naturais/florestais” (SILVA, 2016, p. 75). Cabe então a ressalva de que, a saúde e educação constituem parte das primeiras áreas em que se iniciou a cooperação entre a Guiné-Bissau e a China (M’BUNDE, 2018).

4 A CONSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS NA GUINÉ-BISSAU PELO GOVERNO CHINÊS

Durante muito tempo, temos assistido vários projetos de construção e de reabilitação das infraestruturas¹² pelo governo chinês na Guiné-Bissau, isso de certa forma nos inquieta. Foi exatamente através dessas inquietações que surgiu a necessidade de fazer uma análise da relação existente entre esses dois países do Sul na área de construção das infraestruturas no sentido de poder compreender os interesses de ambas as partes, ou seja, os interesses da China e os da Guiné-Bissau. Desse modo, se faz necessário refletir sobre a questão política e econômica desses Estados dentro dessa cooperação, visando entender quais os interesses políticos e econômicos que pairam entre os dois Estados nessa relação.

De acordo com Visentini (2013), é inquestionável que a muitos dos países do continente africanos têm sido rápidas em suas respostas à China e têm firmados tratados nas diversas áreas, desde a formação dos profissionais até a construção de várias infraestruturas, atrelando certamente o setor de petróleo e dos recursos naturais. De acordo com essa assertiva, podemos compreender que essas rápidas respostas têm a ver com as necessidades desses países africanos em certas áreas que promovem o desenvolvimento nacional e também a questão da própria vulnerabilidade econômica desses países.

“No período pós-independência, os países soberanos da África continuaram a receber recursos de cooperação; porém, a partir desse momento, era crescente o número de parceiros de desenvolvimento da região, tem todo perfil dos doadores se tornado mais complicado [...]” (M’BUNDE, 2018, p. 47). Ou seja, nesse período, os países africanos têm recebido apoios dos parceiros internacionais, como é o caso, do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais outros parceiros ou outras instituições internacionais com o intuito de criar ou implementar as suas políticas de desenvolvimento nesses países.

Para Visentini (2013, p. 9), “um dos fenômenos mais marcantes das Relações Internacionais Contemporâneas é o fato de a África haver-se tornado um objeto de uma nova disputa mundial, como no fim do século XIX”. A África foi e até hoje é um continente de

¹² Até a data presente, pode-se afirmar que esse é um dos setores em que a China e a Guiné-Bissau têm assinados mais acordos, o setor das pescas também tem uma relevância nessa relação (M’BUNDE, 2018).

disputa por parte das grandes potências mundiais, como frisou Visentini. Essas disputas têm a ver com as fontes das riquezas, ou seja, os recursos naturais que o próprio continente apresenta.

Ora, falando da questão da construção das infraestruturas pela China na Guiné-Bissau que é, neste caso, o objetivo primordial deste estudo, Sant’Anna vai afirmar que a China tem sido grande aliada na reabilitação das infraestruturas na Guiné-Bissau, e tem muitos projetos em curso e outros já acabados, como é o caso da nova sede da Assembleia Nacional Popular (o parlamento guineense), o Estádio Nacional 24 de Setembro, e a recuperação do hospital Regional de Canchungo (SANT’ANNA, 2008).

Quadro 2: Infraestruturas construídas pelas políticas de cooperação da República Popular da China na Guiné-Bissau

Projetos	Realização	Financiador	Beneficiário	Ano de Construção	Montante US\$/milhões
Estádio Nacional 24 de setembro	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	1987	–
Hospital regional de Canchungo	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	1980	–
Edifício da Assembleia Nacional Popular	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2001	–
Onze edifícios dos ex-Combatentes	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2000	–
Palácio do Governo	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2010	25
Escola de Amizade sino-guineense (Escola Nacional de Saúde)	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2008	15
Instituto Nacional de Saúde	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2013	10
Hospital de Amizade sino-guineense (Hospital Militar)	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2009	12
Residências para oficiais das Forças Armadas	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2000	–
Reabilitação do Palácio da República	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2012	7,5
Reabilitação do Estádio Nacional 24 de Setembro	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2012	15

Fonte: M’Bunde, (2018, pp. 143-14)

De acordo com Visentini (2013, p. 41), “a inserção chinesa na região apresenta objetivos políticos, nem sempre claros [...] configurando-se como muito mais do que somente

uma busca por recursos naturais e segurança energética”. Dito de outra maneira, a presença da China na África tem a ver não só com a busca dos recursos naturais que o continente apresenta, mas também envolve a questão geopolítica. Para Ferreira (2010), o envolvimento da China no continente africano demonstra um conjunto diversificado de motivações, que começam desde os interesses econômicos às preocupações estratégicas e políticas. No nível econômico, a relação da China com os países da África é, em grande parte, incentivada pela necessidade de recursos petrolíferos. Por outras palavras, o objetivo da China na África, não se limita apenas em questão das ajudas, mas também, envolve o interesse econômico, político e de exploração dos recursos naturais.

Para M'bunde (2018), pode-se assegurar que a construção das infraestruturas do governo chinês no continente africano em troca de petróleo, concessões para exploração de recurso florestais (madeira), exploração de recursos pesqueiros e dos demais outros tipos de recursos naturais, dependendo do caso de cada país, é uma tática da política externa desse gigante oriental de Ásia. Contudo, é de suma importância questionar essa presença chinesa na África de maneira específica na Guiné-Bissau durante muitos anos, ou seja, será que a China não se aproveita da fraqueza econômica do Estado guineense nas suas relações? Quais são as contrapartidas da China na construção das infraestruturas na Guiné-Bissau?

De acordo com Infante (2021, p. 109), “[...] esses investimentos são contabilizados como dívidas para depois o país conceder licenças de exploração de seus recursos naturais, o que diminui a possibilidade de autonomização face ao doador [...]”. Dito de outra maneira, as construções das infraestruturas na Guiné-Bissau pela China, de certo modo, têm as suas contrapartidas, neste caso, a concessão das licenças de exploração dos recursos naturais (pescas, madeiras etc.).

No entanto, a controvérsia sobre o envolvimento chinês em África tem alguns fundamentos reais, nomeadamente no que respeita a alguns impactos sociais e ambientais menos positivos. As críticas estão relacionadas principalmente com: As linhas de crédito e os empréstimos chineses, embora em condições muito favoráveis, podem ser um fator de endividamento dos países africanos no longo-prazo; As condições laborais e ambientais em que operam as empresas chinesas não respeitam, na sua maioria, os padrões internacionais; A utilização de trabalhadores chineses nos investimentos em África e as condições atuais dos investimentos podem prejudicar as indústrias locais e não contribui para a criação de emprego [...] (FERREIRA, 2010, p. 177).

Essa assertiva, mostra de que, algumas empresas chinesas não levam em consideração os parâmetros ou os padrões internacionais de cooperação, fazendo com que os países menos potentes percam nos acordos com tais empresas.

Na perspectiva de M'bunde (2018), a construção das infraestruturas é uma das prioridades do governo chinês na Guiné-Bissau, algo que tem sido verificado ao longo de todo o processo histórico da cooperação sino-guineense. Na visão de Cuco e Marques (2014), os dirigentes africanos devem aproveitar esta oportunidade da relação de cooperação com a China no sentido de criar parques industriais que garantam o desenvolvimento a médio e longo prazo dos seus países, não se contentando apenas pelo, aparentemente, “dinheiro fácil dos chineses”

Todavia, de acordo com M'bunde (2018, p. 173), “o embaixador da República Popular da China, Wang Hua, confirma que a construção de infraestruturas é o carro-chefe da cooperação para o desenvolvimento desse país oriental na Guiné-Bissau”. Contudo, independentemente das outras áreas serem pertinentes, a prioridade para o governo chinês na Guiné-Bissau é a área de construção das infraestruturas. Ainda, nas palavras proferidas pelo embaixador da China na Guiné-Bissau, numa entrevista desencadeada pelo Timóteo Saba M'bunde, ele (embaixador) vai afirmar o seguinte: “depois que demos o apoio militar ao PAIGC, com a independência assegurada a Guiné-Bissau necessitava de edifícios e casas para fazer funcionar suas instituições, especificamente centros hospitalares” (M'BUNDE, 2018, p. 174).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperação Sul-Sul, enquanto uma ferramenta da política externa dos países do Sul, ela tem proporcionado um ambiente de aproximação entre esses países e também serviu de um instrumento de estratégia política no espaço Sul global e assim como no cenário internacional. Um dos motivos do surgimento desta cooperação tem a ver com a alteração da ordem internacional e, obviamente, do sistema econômico mundial.

Ora, desencadear um debate sobre a política externa guineense na sua múltipla dimensão requer que façamos menção a uma das figuras mais importantes no reconhecimento e na inserção da Guiné-Bissau no campo das relações internacionais, neste caso, o saudoso líder imortal Amílcar Cabral devido ao grande trabalho que ele fez para tornar a Guiné-Bissau e Cabo-verde como países independentes e reconhecidos a nível internacional.

Todavia, “a política de cooperação da China em todas as regiões do mundo, na África particularmente, caracteriza-se fundamentalmente pelo princípio de ganha-ganha, ou seja, as duas partes dão e recebem algo em troca” (HONG-HONG, 2004, *et al apud* M'BUNDE 2018,

p. 177). Com relação a esse trecho, acreditamos que existe sim ganho para ambas as partes que decidem cooperar, mas o que é certo, é que não existe um ganho equitativo, ou seja, existe uma parte que mais ganha.

Impende enaltecer de que, a falta dos recursos econômicos para cobrir as despesas nacionais, fez com que o país (a Guiné-Bissau), tornasse dependente aos seus parceiros internacionais de modo a poder angariar os fundos externos para poder acobertar as suas necessidades internas.

Finalmente, chegamos a conclusão de que a construção das infraestruturas constitui a demanda e o interesse da República da Guiné-Bissau assim como foi possível compreender que os recursos naturais que a Guiné-Bissau se apresenta fazem parte da agenda do gigante Oriental (China). Outrossim, as intenções da China na Guiné-Bissau e no continente africano em termos geral, é o de ampliar o seu mercado de consumo e também conquistar a sua barganha política no espaço Sul e, certamente, no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Edson Tomás de; DALDEGAN, William Freitas. O Brasil e os BRICS: crescimento inclusivo e soluções sustentáveis. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 17. n, 2. p. 58-74, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3x5BL9Z>. Acesso em: 10 out. 2022.
- CABRAL, Jorge. A política externa da Guiné-Bissau. **Soronda**, Bissau, v. 1, n. 7, p. 63-84, jan. 1989. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09708.007#!4>. Acesso em: 10 out. 2022.
- CAMBANCO, Deuinalom Fernando. **Cooperação Sul-Sul e suas contradições: um estudo crítico sobre os acordos de cooperação no setor de pescas entre a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau**. 2018. 150f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KV7aBW>. Acesso em: 10 out. 2022.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Política externa e estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP & CEDEAO” (1973-2014)**. 2016. 252f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3Rp97ca>. Acesso em: 10 out. 2022.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo. UNESP, 2014.
- CRUZ, Jorge Manuel M. A. Lopes da. **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau: uma avaliação política e ética**. 2007. 91f. Dissertação (Mestrado em Estudos africanos) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Superior de Lisboa (ISCTE), Lisboa, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3KR7Ojw>. Acesso em: 10 out. 2022.

CUCO, Arcénio Francisco; MARQUES, Rodolfo Silva. A China “recolocando a escada” em África? Breve análise da China em África como um parceiro “estratégico” de cooperação. *In: III Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política: buscando o Sul*, 2014, Boja, UNIPAMPA, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3AU72Of>. Acesso em: 10 out. 2022.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. Cooperação Sul-Sul: a China em África. **JANUS 2010-Meio século de independências africanas**, p. 176-177, 2010.

FINGERMANN, Natalia Noschese. **A cooperação trilateral brasileira em Moçambique – um estudo de caso comparado: o ProAlimentos e o ProSavana**. 2014. 274f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – escola de administração de empresa de São Paulo, Fundação de Getúlio Vargas de São Paulo (FGV), São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3BIVqFn>. Acesso em: 10 out.2022.

INFANDE, Beto. **A política externa da República Popular da China para República da Guiné-Bissau: uma análise da cooperação para o desenvolvimento a partir de investimentos em infraestruturas**. 2021. 134f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33165>. Acesso em 10 out. 2022.

KATAR, Egas Gomes Barbosa. **As relações entre a Guiné-Bissau e a União Europeia**. 2019. 96f. Dissertação (Mestrado em Direito e Práticas Jurídicas) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/45744>. Acesso em: 10 out. 2022.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília, FUNAG, 2011.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. Rio de Janeiro, Unesp, 2005.

LOPES, Carlos. Novas fraturas, velhas feridas: a África e a renovação da agência do Sul. **Revista tempo do mundo**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 41-56, ago, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/118>. Acesso em: 10 out. 2022.

M’BUNDE, Timóteo Saba. **As políticas externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014): cooperação sul-sul para o desenvolvimento**. Rio de janeiro, Gramma, 2018.

MESA-REDONDA. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. Brasília, FUNAG, 2012.

MILANI, Carlos R. S. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. *In: SOUZA, André de Melo e (org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília, Ipea, 2014. p. 33-56.

PETRAS, James. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

PINO, Bruno Ayllón. Evolução histórica da cooperação sul-sul (CSS). *In: SOUZA, André de Melo e (org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília, Ipea, 2014. p. 57-86.

PUENTE, Carlos Afonso Iglesias. **Cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa- CTPD- no período 1995-2005**. Brasília, FUNAG, 2010.

SANT'ANNA, Nanahira Rabelo. **A China e os “PALOP”**: uma análise das relações sino-africanas com enfoque nos países de língua oficial portuguesa. 2008. 67f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/36jPRdq>. Acesso em: 10 jan. de 2022.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira Dos. **A cooperação Sul-Sul (CSS) para a reorientação dos imaginários e práticas do desenvolvimento**: os caminhos da cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil. 2017. 302f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Bh1dMm>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p.23-47, jan/mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ZwsknVVtpS7yRHrLjwCgqpb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, Julinho Braz da. **A Cooperação Sul-Sul como instrumento para o desenvolvimento**: perspectivas para a República da Guiné-Bissau. 2011. 159f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3qeQxaD>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, Lucas Nienkoetter da. **Análise da influência econômica chinesa na África a partir da década de 1980**. 2016. 120f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3D4ncr5>. Acesso em: 10 out. 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África e as potências emergentes**: nova partilha ou cooperação sul-sul? **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, Porto Alegre, v.3, n.5, p. 41-68, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3KPhg7j>. Acesso em: 10 out. 2022.

ZARPELON, Janiffer Tammy Gusso. **Doador emergente do Sul**: cooperação técnica internacional prestada pelo Brasil na área da saúde no Governo Lula. 2016. 292f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168095>. Acesso em: 10 out. 2022.